

An aerial photograph of a city, likely São Paulo, is the background. The image is heavily layered with vibrant, multi-colored graffiti in various styles, including tags, symbols, and abstract shapes. The colors range from bright pinks and reds to blues, greens, and yellows. The city buildings are visible through the graffiti, particularly in the lower half of the image. The overall aesthetic is urban and expressive.

#FALADIREITO
CAMPANHA DE COMUNICAÇÃO E
CIDADANIA DO DESEMBOLA NA IDEIA

DESAFIO n° 5:

#DIREITO DE DAR ROLÊ

GUIA PARA AÇÕES
MULTIPLICADORAS





#FALADIREITO

CAMPANHA DE COMUNICAÇÃO E
CIDADANIA DO DESEMBOLA NA IDEIA

DESAFIO Nº 5:

#DIREITODEDARROLE

BELO HORIZONTE

2023



Caros/as educadores/as,

Este guia foi produzido com muito apreço para você que luta diariamente pelos direitos infantis e juvenis. Com o objetivo de chamar atenção para as realidades de adolescentes em situação de risco social, o conteúdo traz narrativas acerca dos sonhos, dos sentimentos e das experiências desses sujeitos e, a partir da proposição de algumas atividades, faz refletir sobre quão próximas essas histórias estão das nossas. As atividades que resultaram nessas narrativas podem ser replicadas em comunidades, escolas ou no trabalho com adolescentes e jovens. A publicação integra o kit da campanha #faladireito, que também traz um jogo temático. Para esta edição, contamos com a parceria da Comissão de Mobilização e Participação Juvenil do Fórum Permanente do Sistema de Atendimento Socioeducativo de Belo Horizonte, do Fórum das Juventudes da Grande BH e do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, comumente chamado de ProJovem.

#faladireito é uma campanha permanente do projeto Desembola na Ideia, criada a partir de atividades de educomunicação promovidas junto a adolescentes em situação de risco social. O Desembola na Ideia combina atenção psicossocial e arte na promoção de direitos, inserção nos espaços de sociabilidade, acompanhamento psicanalítico e mobilização cultural de adolescentes que sofrem com a marginalização e a exclusão social. Na frente de educomunicação, adolescentes participam de oficinas em que tratam de temáticas relacionadas à cidadania, experimentam e se apropriam de linguagens e de recursos da comunicação para falar de tais temáticas, elaboram e colocam em circulação variadas peças de comunicação que promovem os direitos juvenis.

O projeto é realizado pela AIC - Agência de Iniciativas Cidadãs, com recursos destinados pela 36ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, no bojo de ações civis públicas propostas pelo MPT, e apoio da 23ª Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Belo Horizonte – Área Infracional, assim como do PlugMinas – Centro de Formação e Experimentação Digital da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais.

A CONCEPÇÃO DA CAMPANHA #FALADIREITO

O nome **#faladireito** surgiu a partir de dois pontos que emergiram nas rodas de conversa com adolescentes, realizadas à época em que a ação foi concebida. De um lado, era recorrente a menção à necessidade de falar sobre direitos, de expressar que jovens em situação de risco e/ou em conflito com a lei são cidadãos, sujeitos de direitos. De outro, foi unânime a indicação de que seria preciso tratar desses direitos numa linguagem criada por e acessível a adolescentes. Da junção dessas duas propostas, consideradas como a essência das ações a serem desenvolvidas, surgiu o nome #faladireito.

Nosso anseio é potencializar o trabalho das instituições atuantes no Sistema de Garantia dos Direitos (SGD), bem como de organizações, grupos e movimentos da sociedade civil que promovem causas que envolvem adolescentes e jovens na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Esperamos que, por meio da ação de agentes multiplicadores/as, a #faladireito ganhe vida nas comunidades, nos espaços públicos, nas organizações que atuam no campo da cidadania e nas instituições educativas.

SUMÁRIO

- p. 6** O QUINTO DESAFIO:
#DIREITODEDARROLE
- p. 11** A CIDADE QUE ROSNA
- p. 15** Da escola para a casa: a cidade para as adolescentes
- p. 18** Dentro do Socioeducativo, fora da cidade
- p. 22** Cidade, território de guerra
- p. 25** UM CORPO JOVEM NEGRO NO MUNDO
- p. 31** UM DIA DE ROLÊ
- p. 39** UM ESPAÇO PARA A JUVENTUDE NA CIDADE: O
CRJ
- p. 15** INICIATIVAS PARA INSPIRAR E MUTIPLICAR

O QUINTO DESAFIO:

#DIREITODEDARROLÊ

Nos anos de 2013 e 2014, um fenômeno urbano passou a ser objeto de intensas discussões nas redes sociais e nas mídias no Brasil: grupos de jovens, em sua maioria negros e periféricos, passaram a combinar encontros em shopping centers nas metrópoles brasileiras. As incursões, com frequência, foram recebidas com hostilidade, revistas feitas por agentes de segurança e até mesmo expulsões. Eram os chamados *rolezinhos*. Uma pessoa que ignore a intrincada teia que entrecruza raça, classe, território e juventude pode pensar que não havia nada de mais no fenômeno: eram apenas adolescentes e jovens exercendo seu direito de ir e vir, frequentando espaços abertos ao público, dedicados ao consumo, à sociabilidade e ao lazer. No entanto, a reação ao fenômeno revelou segregações, sobretudo raciais, que existem no cotidiano das metrópoles, muitas das vezes de forma velada, e dizem respeito às desigualdades de acesso ao **direito à cidade**.

A noção de direito à cidade foi cunhada pelo filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre em 1968, sensível aos movimentos políticos de caráter contestatório que efervesciam naquele período, encabeçados pelas juventudes. O autor denunciava uma urbanização desenfreada e regulatória, em que a cidade era planejada e vivida como um espaço de trabalho e de produção, e não como um espaço de encontros e de lazer, quanto menos para os trabalhadores periféricos. Em contraposição, Lefebvre propunha a existência de um direito coletivo de utilizar e produzir o espaço urbano, que seria central para as democracias e para os direitos humanos.

A proposta de Henri Lefebvre foi difundida no Brasil nos anos 1970 e teve grande influência em movimentos por demandas concretas da população no país, tais como a habitação, o acesso a equipamentos públicos de qualidade, o acesso à cultura e o acesso ao transporte e à circulação nas cidades. Na Constituição Federal de 1988, o debate culminou na associação entre desenvolvimento

urbano e função social da cidade, sendo aprofundado, mais tarde, no Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001).

Apesar dos avanços no debate e na legislação, o direito efetivo às cidades brasileiras ainda está distante da realidade. As juventudes negras e periféricas em situação de risco e/ou vulnerabilidade social vêm sendo sistematicamente privadas do usufruto da cidade, e, por consequência, do acesso ao lazer, à cultura, ao esporte, à saúde e educação, como se vê na história dos rolezinhos — e também para além dela. Em 2021, o Mapa da Desigualdade em Belo Horizonte, publicado pelo coletivo Nossa BH, demonstrou, a partir de dados estatísticos, que a capital mineira é experienciada de maneiras muito distintas por seus moradores a depender da região em que se vive, da cor de pele e do gênero, o que evidentemente se reflete na faixa que compreende a juventude e a adolescência

Fiquemos com alguns exemplos: no bairro Belvedere, na região Centro-Sul, a renda chega a ser, em média, 38,7 vezes maior do que a média do bairro Jatobá, na região do Barreiro; quem mora no bairro Capitão Eduardo leva até 1h07min para chegar até uma unidade de saúde com alta complexidade, enquanto quem mora nas regiões centrais leva até 4 minutos no deslocamento. Entre várias outras constatações, o Mapa aponta, ainda, que os bairros nos quais mais trabalhadores necessitam de transporte público são os menos atendidos com linhas de ônibus. Não há dúvidas de que tais desigualdades afetam fortemente a faixa compreendida entre os 12 e 29 anos, relativa à adolescência e à juventude, e de que precisamos lançar nossa mirada sobre o tema para transformá-lo.

A campanha **#faladireito** aborda, em suas edições, diferentes desafios enfrentados na imprescindível tarefa de efetivar os direitos dos adolescentes em situação de vulnerabilidade. Na quarta edição da campanha, a discussão em torno do direito juvenil à participação apontou para a centralidade da relação das juventudes com seus territórios — sintetizada no próprio slogan da campanha, **#seessacidadefosseminha**, e no dizer de um dos adolescentes: *“Quando a cidade expulsa, o crime adota”*. É justamente a partir desse disparador que surge nosso quinto desafio, **#direitodedarroldê**.

Afinal de contas, qual a relação entre a cidade que se apresenta às juventudes, suas trajetórias e oportunidades? Como essas juventudes circulam ou não circulam pelas suas cidades? Que cidade é essa que se apresenta a esses sujeitos? O que ela oferece e deixa de oferecer a eles?

Para nos aprofundarmos no tema, realizamos, junto ao sistema socioeducativo e ao ProJovem de BH, visitas de jovens ao CRJ - Centro de Referência das Juventudes (retratadas nas fotos que ilustram este guia). A proposição tinha um duplo objetivo: por um lado, buscamos promover o acesso dos adolescentes a um equipamento público cuja função e cuja história se relacionam diretamente com as temáticas a serem tratadas. Mais especificamente, nossa intenção foi levá-los à exposição Cidade Juventudes, do Fórum das Juventudes da Grande BH, que reunia, ali, produções de diferentes coletivos juvenis e da própria #faladireito. Por outro lado, buscamos costurar esse momento com diálogos e dinâmicas relacionados ao próprio direito das juventudes à cidade, aos equipamentos públicos, à cultura e ao lazer — temas que, à primeira vista, pareceram não encontrar ressonância nos encontros com os jovens. Longe de ser vazia, no entanto, acreditamos que essa desconexão é um ponto de partida que diz muito sobre as limitações vividas por esses jovens.

Os tópicos que se seguem trazem diferentes dimensões apontadas pelos jovens participantes sobre suas relações com a cidade, buscando apontar não apenas as violações de direitos vividas por eles, mas também as possibilidades e potências inventadas por esses e outros jovens.

Que tal colar com a gente? Se você deseja contribuir e não sabe por onde começar, apresentamos a seguir temas e sugestões de materiais para conduzir encontros, debates e ações mobilizadoras.



A CIDADE QUE ROSNA

Condição Imigrante

Lubi Prates

1.
desde que cheguei
um cão me segue
&

mesmo que
haja quilômetros
mesmo que
haja obstáculos

entre nós

sinto seu
hálito quente
no meu pescoço.

desde que cheguei
um cão me segue

&
não me deixa
frequentar os lugares
badalados

não me deixa
usar um dialeto diferente
do que há aqui
guardei minhas
gírias no fundo da mala
ele rosna.

-
desde que cheguei
um cão me segue

&

esse cão, eu apelidei de
imigração.

2.

um país que te rosna
uma cidade que te rosna
ruas que te rosnam:

como um cão selvagem

esqueça aquela ideia
infantil aquela lembrança
infantil

de sua mão afagando um cão
de sua mão afagando

seu próprio cão

ficou em outro país
ironicamente, porque a raiva lá
não é controlada

aqui, tampouco:

um país que te rosna
uma cidade que te rosna
ruas que te rosnam:

como um cão

: selvagem.

O poema que abre e nomeia este capítulo oferece uma imagem tão triste quanto apropriada para dizer sobre a relação de jovens negros e periféricos com cidade — uma cidade que os trata como ameaça e rosna para eles.

O tratamento dedicado a esses sujeitos não é de hoje — pelo contrário, remonta ao surgimento dos primeiros centros urbanos brasileiros. A ideia discriminatória de que adolescentes negros e em situação de vulnerabilidade ameaçam a ordem pública é histórica e arraigada na sociedade brasileira. Foi o que, em 1927, embasou o primeiro Código de Menores do Brasil, e, nas décadas seguintes, seguiu norteando as políticas e instituições que lidavam com as adolescências no país, como o Sistema de Assistência ao Menor (SAM) e as Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor (FEBEM). Nos anos 90, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, veio na esteira de fortes críticas ao caráter punitivista, autoritário e racista dessas políticas que o precederam, sendo o primeiro dispositivo legal a reconhecer adolescentes como sujeitos de direitos. Porém, quase trinta anos depois de sua promulgação, e a despeito dos enormes avanços das políticas voltadas aos adolescentes, pode-se dizer, infelizmente, que a cidade continua hostil a eles, conforme apontam os dados e conforme testemunhamos nas conversas com participantes da #faladireito.

Muito antes e muito além de supostamente representarem perigos para a cidade, essas juventudes constituem o segmento social que mais corre perigo no espaço urbano. Entre 2016 e 2020, segundo o relatório Panorama da Violência Letal e Sexual contra Crianças e Adolescentes no Brasil, 2.950 pessoas de 0 a 19 anos foram mortas por violências intencionais em Minas Gerais, sendo a esmagadora maioria da faixa que vai dos 10 aos 19 anos — foram 2.808 vítimas, mais de 95% do total. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública, entidade autora do relatório, coloca que, enquanto os menores de 9 anos são mais sujeitos à violência doméstica, quem tem mais de 10 anos passa a ser, predominantemente, vítima da **violência urbana**, na medida em que maior parte das mortes passa a ocorrer em vias públicas e outros

locais que não a própria casa. O perfil da juventude assassinada no Brasil, segundo o relatório, escancara o genocídio em curso no país: entre as vítimas que tinham entre 10 e 19 anos, 80% anos eram negros. Ou seja, para quem é negro e cresce na periferia, o processo de afastar-se da autoridade e da casa da família e aventurar-se em novos espaços e novos grupos sociais – próprio da adolescência — é extremamente arriscado.

Além da letalidade, a violência contra essa faixa da população se apresenta em uma série de outras expressões, tanto simbólicas quanto físicas. Tais violências compõem, alimentam e tentam justificar o genocídio desses adolescentes e jovens. Uma delas é denominador comum dos encontros realizados com adolescentes para a construção desta campanha: o enquadro policial. Em todas as conversas, sem exceção, o medo e a repulsa em relação a esse tipo de abordagem aparecem como impeditivo para os jovens ocuparem diferentes espaços da cidade: *“Outro dia eu tava jogando truco lá na praça, era uns oito jogando, aí chegou a polícia: ‘Mão pra cima, mão pra cima’”*. Em outra conversa, um conta: *“Eu não venho no centro, é perreado, sempre rola o enquadro”*, ao que outro responde *“Eu não vou lá no shopping no Barreiro por causa disso também.”* Ao verem uma viatura, segundo contam, a reação é sempre *“sair vazado”*: *“Não dá pra ficar moscando não; se eles me veem já é problema”*.

E, se a violência policial atinge principalmente os meninos, as meninas têm sua circulação na cidade limitada pela violência de gênero e pelas desigualdades do patriarcado, que por vezes restringem sua presença no espaço público. À experiência das e dos adolescentes periféricos nas cidades soma-se também a escassez de recursos, de transportes públicos e de espaços culturais e esportivos gratuitos, conformando uma adolescência precária, insegura e muitas vezes restrita às próprias quebradas. A cidade vivida por esses jovens é ainda, muitas vezes, marcada pelos riscos do trabalho infantil no tráfico e pela privação da liberdade nas unidades de internação ou semiliberdade do Sistema Socioeducativo.

PARA SE APROFUNDAR NO TEMA



O caderno Juventudes e territórios: o campo e a cidade (2014) discute as relações entre as juventudes, os territórios e a educação - não só no espaço urbano, mas também no campo. O material foi desenvolvido pelo Observatório da Juventude da Universidade Federal de Minas Gerais e pelo Observatório Jovem da Universidade Federal Fluminense.

Como pensar a intervenção nas trajetórias de vida dos adolescentes sem garantir-lhes diferentes trânsitos e trajetos na cidade em que vivem? Como garantir-lhes outras possibilidades e oportunidades para que experimentem a cidade para além de suas quebras? A seguir, nos debruçamos sobre três fatores que atravessam as experiências das juventudes em situação de vulnerabilidade com a cidade: o gênero, a restrição da liberdade e a experiência do conflito.

DA ESCOLA PARA A CASA: A CIDADE PARA AS ADOLESCENTES

Sem dúvida, o gênero impacta a forma como a cidade se apresenta aos jovens em situação de vulnerabilidade. Ao longo da construção da campanha, foi perceptível o quanto as meninas têm um uso bem mais restrito da cidade do que os meninos, mesmo não sendo tão frequentemente abordadas pela polícia. “De casa pra casa do namorado, da casa do namorado pra casa”, “Da casa pra escola, da escola pra ProJovem, do ProJovem pra casa”, muitas delas parecem se deslocar quase exclusivamente em função de suas obrigações. Enquanto os meninos são repelidos da cidade principalmente por serem vistos como ameaças, a pouca circulação das meninas na cidade parece estar ligada a uma série de outros fatores.

Já é amplamente reconhecido que um dos motores da desigualdade de gênero é a ideia de que haveria uma divisão entre a esfera privada e a esfera pública, sendo a primeira destinada aos homens e a segunda, às mulheres. Dentre outros efeitos, essa separação acaba por cercear o direito das adolescentes à cidade.

Em uma ponta, as violências e violações que ocorrem com mulheres e meninas no espaço doméstico passam a ser invisibilizadas, comprometendo sua autonomia e seu trânsito da esfera privada para esfera pública — isto é, para o mundo do trabalho, da política e da cidade. Na outra ponta, a esfera pública as recebe com hostilidade e omissão. Daí, por exemplo, o medo do assédio, que muitas vezes impede adolescentes de caminharem sozinhas em determinados locais, principalmente aqueles vazios e mal iluminados, ou regula a maneira de se vestirem.

PRECISAMOS FALAR SOBRE:

TRABALHO DOMÉSTICO INFANTIL

“Eu tenho que sair de casa porque se não minha mãe me faz de empregada”, conta uma das adolescentes participantes da #faladireito. Se, para ela, o espaço urbano representava uma alternativa ao papel doméstico que lhe era reservado, essa saída não é possível para milhares de meninas e adolescentes. Segundo relatório publicado em 2022 pela Fundação Nacional de Prevenção ao Trabalho Infantil, Minas Gerais está entre os três estados com maior número de vítimas de **trabalho doméstico infantil**. A imensa maioria dos casos — 85%, em 2019 — atingia meninas, e cerca de 70% atingia adolescentes negros e negras.

Tido pela Organização Internacional do Trabalho como uma das piores formas de trabalho infantil, o trabalho doméstico infantil pode ocorrer de forma remunerada ou não, dentro ou fora dos lares das crianças e adolescentes. Aqui, não estamos falando sobre delegar pequenas tarefas de casa, em caráter pedagógico, mas de atribuir a essas crianças e adolescentes responsabilidades

domésticas que ocupam parte significativa de seu dia, comprometem sua vida escolar e social e põem sua saúde em risco. Um dos grandes obstáculos para o enfrentamento dessa violação de direitos é a sua naturalização. No Brasil, a prática chegou a ser regulamentada no artigo 248 do ECA em 1990, mas foi revogada em 2008.

A destinação das mulheres à vida privada, pelo que revelam os dados, começa bem cedo. Não é possível garantir o direito à cidade às adolescentes em situação de vulnerabilidade, principais vítimas do trabalho doméstico infantil, enquanto tiverem o seu tempo tomado pelas tarefas de cuidado da casa e da família.

Diante dessas desigualdades estruturais, garantir o direito das adolescentes à cidade significa, ao mesmo tempo, enfrentar os obstáculos colocados para sua circulação no espaço público e combater os estigmas e violências relacionadas aos espaços privados. São necessárias mudanças infraestruturais — como iluminação pública e uso de câmeras de segurança —, mas também mudanças culturais que questionem os lugares e comportamentos esperados e aceitos para mulheres e homens na cidade.



O documentário *Chega de Fiu Fiu* (2018), de Amanda Kamanchek e Fernanda Frazão, é um bom material para iniciar a conversa sobre desigualdade de gênero e cidade. Produzido pela organização da sociedade civil Think Olga, o filme questiona o lugar destinado às mulheres no espaço público a partir das narrativas de três mulheres, em diferentes cidades brasileiras.

Organize uma sessão do filme pela plataforma Taturana acessando QR Code.

DENTRO DO SOCIOEDUCATIVO, FORA DA CIDADE

Se a efetivação do direito à cidade para as juventudes que vivem nas periferias já apresenta grandes dificuldades, o desafio é ainda maior quando esses sujeitos se encontram privados de liberdade no Sistema Socioeducativo do país. Não é à toa que a privação de liberdade figura no ECA como medida excepcional e breve, que só será aplicada se não houver outra medida adequada. Mesmo nos casos de internação, o Estatuto também permite aos adolescentes a realização de atividades externas, salvo expressa decisão judicial. Todas essas determinações legais partem do reconhecimento de que a liberdade do adolescente de ir e vir na cidade é essencial para o seu desenvolvimento.

O ordenamento jurídico, no entanto, nem sempre foi assim. A noção de que menores de 18 anos não poderiam ser penalizados da mesma forma que adultos nem serem enviados às penitenciárias remonta ao primeiro Código de Menores, em 1927. Entretanto, ao longo de todo o século 20, os estabelecimentos e o atendimento voltados a esse público não conseguiram se afastar da lógica prisional, prevalecendo um modelo de segurança em detrimento de um modelo socioeducativo. Desde os anos 1990, com o ECA, problemas como superlotação, maus tratos e violência vêm sendo denunciados e corrigidos, tendo como norteadora a defesa dos direitos das crianças e adolescentes, principalmente no que se refere à sua proteção. Assim, as FEBEM – não sem dificuldades – deram lugar a instituições mais equipadas para a promoção desses direitos.



*Para compreender melhor o que eram a FEBEM e como foi processo que levou à extinção dessas instituições, vale a pena ver o documentário **FEBEM: O começo do fim**, de Rita Moreira, premiado no Festival de Berlim. Gravado em 1990, o filme registra o fechamento de uma das maiores unidades do estado de São Paulo e a liberação de milhares de crianças motivada pela promulgação do ECA.*

Mesmo com todo o avanço na legislação e a criação do Sistema de Garantia de Direitos, um número significativo de adolescentes no Brasil permanece sujeito a penas que retiram ou restringem sua liberdade. Em 2015, o número dos que cumprem medida em meio fechado chegou a 26 mil, mas em 2021 caiu para 13 mil, segundo dados sistematizados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em 2022. Entre as causas dessa queda, estão a pandemia de Covid-19, que levou o Conselho Nacional de Justiça a recomendar a desinternação de milhares de adolescentes para proteção da saúde deles e um Habeas Corpus coletivo (143.988/2020), que também desinternou milhares que se encontravam em unidades superlotadas, além da queda da entrada de adolescentes na internação no mesmo período. Por um lado, esse cenário contribuiu para que quase metade dos adolescentes privados de liberdade saísse dessa condição. Por outro lado, quem permaneceu ou ingressou nas unidades nesse período teve suas possibilidades de saídas externas ainda mais restritas pela crise sanitária.

Como possibilitar que esses adolescentes que cumprem medidas de internação ou semiliberdade usufruam e produzam a cidade? As vivências de cada um desses sujeitos no Sistema Socioeducativo são diversas, como percebemos ao longo da construção dessa campanha. Enquanto uma minoria teve, durante o cumprimento de sua medida, a oportunidade de visitar e até mesmo conhecer pela primeira vez diferentes espaços como museus e clubes, a outra parte relata ter tido pouquíssimas experiências de saída, sendo elas quase exclusivamente para atendimento em saúde. A maioria também desconhece equipamentos públicos de cultura e lazer de Belo Horizonte.

Sem dúvida, garantir experiências fora das unidades é não apenas necessário para a ressocialização e para a educação dos adolescentes internados, mas também para possibilitar sua circulação pelo espaço urbano e todas as diferentes possibilidades e oportunidades que surgem a partir dela. Efetivar o direito à cidade, com mais saídas e programações externas às unidades, é imprescindível para que a herança prisional da política voltada aos adolescentes em

conflito com a lei fique, de fato, no passado, dando cada vez mais lugar à perspectiva socioeducativa.

PRECISAMOS FALAR SOBRE:

O ENCARCERAMENTO EM MASSA DA JUVENTUDE NEGRA

Apesar de as diferenças entre as unidades socioeducativas e as penitenciárias serem, hoje, mais visíveis, há um aspecto incontornável que as aproxima: a cor dos internos e a cor dos presos. Em ambos os casos, a grande maioria dos que têm sua liberdade restringida pela justiça são homens negros. No Sistema Socioeducativo mineiro, entre os anos de 2017 e 2020, cerca de 57% dos adolescentes se declararam pardos, 21% se declararam negros e apenas 18% se declararam brancos¹ — números muito próximos da realidade penitenciária brasileira, que em 2019 tinha 67% de pretos e pardos, contra 32% de brancos². Essa semelhança nos exige uma reflexão sobre esse quadro de encarceramento seletivo da juventude negra no Brasil.

Loïc Wacquant, em seu já clássico *Punir os Pobres: A nova gestão da miséria nos Estados Unidos* (2003), identifica o surgimento de um verdadeiro Estado Penal no ocidente a partir dos anos 1970, no qual o gasto social é cada vez menor, ao passo que o gasto com a repressão, a punição e o controle das populações pobres e miseráveis apenas aumenta. Países como Estados Unidos e Brasil passam a ter enormes populações carcerárias, como nunca antes vistas, sendo que o encarceramento em massa é marcado por um recorte étnico-racial. Para o autor, mais do que ser um acidente de percurso ou uma desordem da democracia, esse quadro faz pensar sobre uma nova forma de controle social

O livro *Encarceramento em Massa* (2019), da intelectual e ativista Juliana Borges, oferece mais reflexões sobre o caso brasileiro, ao

1. Porcentagem calculada com base nos dados do artigo “Quem são os Jovens que aparecem nas estatísticas do sistema socioeducativo mineiro? Um recorte entre os anos de 2017 e 2020” (Marquis, 2022).

2. Dado retirado do Anuário de Segurança Pública de 2020.

apontar que a ideologia racista está na gênese das instituições de punição e prisão no Brasil. Basta, para comprovar isso, nos atentarmos para a seletividade racial no período pós-abolição, quando se fazia evidente a criminalização da “vadiagem” no primeiro código penal republicano, que servia apenas para a perseguição e proibição de rodas de samba, capoeira e demais manifestações de matriz africana. Hoje em dia, embora na letra da lei já não haja mais esse tipo de diferenciação ou criminalização, é indiscutível a **seletividade penal** nas práticas dos policiais nas grandes cidades do Brasil.

No caso do Sistema Socioeducativo, dados do levantamento anual do SINASE de 2017 apontam que a associação ao tráfico de drogas é o segundo ato infracional que mais incide em medidas de privação de liberdade. Nesse sentido, cumpre lembrar que a Organização Internacional do Trabalho considera o tráfico de drogas como uma das piores formas de trabalho infantil, na qual crianças e adolescentes são, sobretudo, vítimas da exploração de adultos.

Ao privar de liberdade um adolescente envolvido com o tráfico, aos moldes do que acontece com adultos penalizados pela Lei de Drogas, precisamos cuidar para não impactar destrutivamente sua trajetória, destinando a ele, desde já, o estigma de “bandido”. Para isso, é fundamental garantir que a passagem pelas unidades não se assemelhe ao encarceramento e que os adolescentes tenham oportunidades de saídas e de desenvolvimento pessoal, muito além de vivenciarem um processo meramente disciplinatório.

CIDADE, TERRITÓRIO DE GUERRA

Abordagens policiais truculentas, privação de liberdade e morte. Para as juventudes negras em situação de vulnerabilidade, as cidades se assemelham a um território de guerra. A associação é ainda mais evidente para quem é explorado pelo tráfico ou vive em comunidades atravessadas pelos conflitos com a polícia.

Apesar da violenta criminalização a que os jovens envolvidos com o tráfico são expostos, tanto pela cobertura midiática quanto pelo racismo institucional dos processos penais, é imprescindível reconhecermos o caráter de **exploração do trabalho infantil** dessa atividade. Situados na linha de frente da guerra, estão entre os que mais morrem. Nas palavras dos adolescentes que participaram da #faladireito, “É um trabalho como outro [qualquer], só que não pode. E você pode morrer a qualquer hora”; e “Você pode tomar um tiro da polícia ou dos alemão [inimigos], mas é um trabalho, dá muito trabalho”.

A experiência da guerra afeta diretamente e de muitas maneiras a relação desses jovens com a cidade. A mais evidente delas talvez esteja relacionada aos riscos que correm. Com frequência, esses riscos interdita o acesso dos adolescentes à cidade e os coloca sempre atentos, escondidos e sob o cuidado de não pisarem em território inimigo. Os jovens do Socioeducativo atendidos pela #faladireito contam sobre seu cotidiano nas quebradas em que vivem: “Eu não posso circular não, porque tem guerra. Tem muito problema pra todo lado”; “Na minha cidade tem pouca polícia, mas, quando vem, vem com tudo”. Um deles diz que procurava não sair de casa, mas quando saía tinha que ser em estado de alerta, olhando para todos os lados.

Quando não cerceia a circulação pela cidade, o trabalho no tráfico é, muitas vezes, o que determina e direciona esse deslocamento. Frequentemente, quando perguntados sobre os rolês que gostam de dar pelas cidades, os jovens que têm algum envolvimento com o tráfico relatam lugares e festas em que vão para o comércio de drogas, sem citar outros rolês para além desses. O fato de adolescentes descobrirem

o espaço urbano quase que por intermédio do tráfico denuncia seu caráter altamente exploratório.

É importante notar que as lógicas de guerra que acompanham a vida desses jovens nas quebradas também marcam suas subjetividades. Um exemplo foi visto durante as oficinas de construção desta campanha, em um jogo semelhante à dança das cadeiras, que propunha que os jovens caminhassem pelo espaço e ocupassem diferentes locais da cidade, identificados em tatames. Em turmas muito marcadas pela exploração do tráfico, os participantes, ao invés de se movimentarem, optavam por ficar em torno de um mesmo espaço e defendê-lo, tal qual vigias. Ou seja, a dinâmica da guerra parece se naturalizar e se mimetizar da lida dos meninos com as mais diversas situações.



À um palmo, Pedro Neves (2022). Acrílica sobre tela.
Extraído do Instagram do artista (@_mulungu) em dezembro de 2022.





UM CORPO NEGRO JOVEM NO MUNDO

*“Cada rua dessa cidade cinza sou eu
Olhares brancos me fitam
Há perigo nas esquinas
E eu falo mais de três línguas”*

Luedji Luna – *Um corpo no mundo*

Quais corpos estão autorizados a circular pela cidade sem sofrer constrangimentos, ameaças e agressões? É comum que se espere que os corpos se adaptem, de alguma forma, a cidades

que não foram construídas para eles, transferindo responsabilidades coletivas e do poder público para os indivíduos. O transporte público simboliza bem essas exclusões: pessoas gordas, gestantes, com mobilidade reduzida, acompanhadas de crianças e sem dinheiro são, com frequência, impedidas ou constringidas ao usar ônibus ou metrô, ainda que haja conquistas importantes de inclusão social, como a reserva de assentos preferenciais.

COMO A CIDADE TE EXCLUI?



Confira o vídeo sobre juventudes e direito à cidade produzido pelo Fórum das Juventudes das Grande BH.

Da mesma forma, a população negra e periférica, de diversas maneiras, é frequentemente expulsa da cidade. Para compreendermos melhor a relação entre os diversos corpos jovens e a cidade, conversamos com Bim Oyoko, segundo ele próprio, “catador de palavras que traz seus versos de raízes fincadas na ExtremOeste da Região Metropolitana de Belo Horizonte”. Bim fala sobre a importância de os corpos jovens negros entenderem-se como políticos, não apenas a partir das vivências de dor, mas também pelo viés da potência. Para ele, essa resignificação dialoga com a cultura iorubá, representando um movimento de aproximação das juventudes negras com sua ancestralidade.

Bim Oyoko

É educador social, poeta e slammer. Desde 2013, circula pelos saraus de Belo Horizonte e pela cultura Hip Hop. É membro do Nosso Sarau e foi também membro do Fórum das Juventudes.



Em suas poesias, em seu trabalho educativo e em sua militância, você costuma ressaltar que somos corpos transitando nesse mundo. Quando foi que você se entendeu (e percebeu que a cidade te vê) como um corpo negro no mundo? Em que implica entender-se e afirmar-se dessa forma? Qual a importância disso?

A Lélia Gonzalez fala muito sobre isso. A gente não nasce preto, a gente se torna negro. Mas é um processo que é doloroso. São duas questões: acho que a gente percebe os nossos corpos negros desde que nós nascemos, mas a percepção de que o nosso corpo é político é que é gradativa. Quando eu começo a escrever as poesias, colar nos saraus de periferia, me entender dentro da cultura hip hop, refletir, entender e interpretar a cultura hip hop, eu começo a perceber o quão meu corpo é político e necessário para ocupar certos espaços na cidade. São essas as percepções que eu tenho: a gente se percebe como um corpo negro o tempo todo, desde o nosso nascimento, desde a nossa infância, ao sofrer o racismo, mas a gente começa a assimilar esse racismo e essas violências gradativamente. E aí a poesia e a cultura hip hop foram pontos chaves que me fizeram refletir e perceber essas violências e a importância do meu corpo na cidade.

Acho que é uma via de mão dupla, né? A gente entende e explica o que é esse racismo estrutural ocupando espaços da cidade. Vou levar para que outras pessoas percebam isso também, mas ao mesmo tempo eu vou aprendendo com essas pessoas com quem vou dialogando pela cidade, e a cidade vai dialogando com a gente. Acho que é um aprendizado, uma troca de saberes e de percepções de como os nossos corpos agem e são vistos em certos espaços. E aí vem essa importância de estarmos nesses espaços, de ocuparmos, para que possamos trocar saberes, entender e ter novas perspectivas. Acho que isso também é a ressignificação desses espaços.

[Por exemplo,] estar hoje dentro do CRAS, trabalhando como orientador social com jovens negros, faz eles perceberem que os nossos corpos estão em espaços de referência.

Vivemos uma realidade de genocídio da juventude negra nas cidades brasileiras. Quais as formas que esses corpos encontram de resistir, desafiar e enfrentar esse projeto genocida?

Eu percebo como (r)existência, com X, não como resistência, com S, não aquela em que você resiste, está apanhando e nunca cai. Pra gente, essa (r)existência é com X, porque a gente ressignifica as nossas existências a todos os momentos. A partir do momento em que ocupamos o espaço, nós conseguimos reformular as nossas existências. E essas existências são corpos políticos que enfrentam esse racismo estrutural, esse genocídio periférico. Quando a gente se reconstrói, uma outra percepção aparece. Até alguns anos atrás, a favela era um lugar de quê? De esquecimento, de abandono e inclusive de vergonha para as pessoas que moravam ali. E hoje em dia, essas ressignificações vão acontecendo, isso de se assumir como uma pessoa favelada ou periférica e ter orgulho desses espaços, porque ali, a favela, é um lugar de conhecimento, é um lugar de troca de saberes, é um lugar de cultura, é um lugar de vivência.

O que te chama a atenção nas formas como essa nova geração (com a qual você trabalha no ProJovem) inventa isso?

Assim como os nossos antepassados se reinventaram, assim como nós nos reinventamos, os jovens se reinventam a todo momento, a partir da arte, da cultura. Percebe-se, hoje, uma juventude extremamente digital e conectada, mesmo com todas as dificuldades que a gente tem de acesso à internet. Isso, para mim, é uma coisa que eles têm reformulado. As linguagens vão mudando. Se a gente for ver, por exemplo, dentro da cultura, a gente tem a capoeira, o samba, o hip hop, a poesia marginal, periférica. Agora vem o funk, que é uma linguagem que essa juventude tem utilizado...

Com as políticas de reparação pela equidade social e equidade racial, a gente também tem tido realmente o avanço dessas novas juventudes acessarem às academias. Entendemos também que participação política é ocupar espaços políticos e institucionalizados. Eu vejo essas juventudes se entendendo nesses espaços também, e reconhecendo a importância de estar neles.





UM DIA DE ROLÊ

Alga Marina

Luiz acordou às 6h40, atrasadão, escovou os dentes, se arrumou de qualquer jeito e pegou carona no busão. Descer pela frente é de lei e o motorista é gente boa, só não gosta quando o pessoal pula catraca, porque aí é tiração. Preciso correr um pouco até o portão da escola, quase fechando, na tolerância, mas a tia também é legal. Se sua casa não fosse tão longe do ponto, se a passagem do busão fosse mais de boa, ou até se rolasse um passe livre, talvez o dia começasse mais suave. Mas, como diz a mãe dele, “a gente vai dando um jeito”.

Hoje o fluxo é no viaduto no centro da cidade, e bora de busão, pelo menos o tempo está firme. No ponto o motorista janelou, mas o segundo motorista abre a porta de trás. “Quem tem cartão de passagem aí pra pagar a integração?”. Com a quantidade de fiscal, nem rola de pular roleta. Têm que correr na estação para pegar o segundo ônibus ainda. Pegam. No viaduto está tudo bem. Rola show e DJ no final, grátis. Luiz sempre se pergunta como essa galera consegue bancar essas paradas daora. Já na volta pra casa o mais difícil foi conseguir garantir a passagem de geral. Uma coisa é pedir o motô do bairro para fortalecer, outra coisa é no centro. Juntam os cartões e moedas, esperam muito tempo pelo primeiro ônibus, ainda mais pelo segundo. Chegam em casa pela manhã, mas chegam. A gente vai dando um jeito.

No caminho, Luiz observa que dona Luzia já estava sentada na sua cadeira no portão. Aproveita e pede a bênção. Não é parente, mas desde menino que ela o benze. Ela também preparou chá de quebra-pedras quando a mãe dele teve problema nos rins e sempre dava café com pão à tarde, café fraco e docinho pro menino. Ele chega em casa, virado na fome, e a mãe de Luiz acorda com o barulho da porta. Será que chegou a dormir? Ela sempre diz que não. Pergunta se ele bebeu ou fumou. Luiz tá com fome, e a mãe dele parece que tinha adivinhado: pão de queijo, pão doce e suco de laranja. Ela sempre arruma a mesa de café aos sábados, antes de trabalhar. Diz que prefere comer em casa mesmo, porque a patroa da casa em que trabalha regula muito a comida e ela gosta é de fartura.

Luiz dorme, não acorda com o barulho da favela: as crianças, o som do vizinho, o carro de som anunciando

as promoções no sacolão. Só mesmo o berro dos meninos no portão, chamando pra jogar bola. Ele só interrompe o futebol pra ajudar a mãe que vinha com as sacolas de compras do supermercado. Os primeiros dias pós compra do mês são os dias em que tem iogurte, os melhores biscoitos e até umas frutas mais daora. “Amanhã terá estrogonofe de carne”, ele já se anima. A mãe também preparou uma macarronada pra geral almoçar. Os meninos curtem. Que bom que conseguiu terminar de entregar os panfletos ontem e vai poder ficar de bobeira o fim de semana todo. Vai ser bom descansar. Segunda-feira começa outra semana, desmoldando as tretas da escola, no transporte, no rolê, no escadão, dando um jeito de curtir a adolescência, de encontrar com a Bruna, de desviar dos enquadros, de descolar alguma outra grana e, se deus quiser, pegando os trinta conto do panfleto.



Assim como Luiz, adolescentes e jovens nas periferias do Brasil constroem cotidianamente alternativas diante das opressões que marcam suas vivências. Diante de uma adolescência precária, inventam formas de resistir e re-existir. Essas alternativas só são possíveis a partir de alguns direitos básicos, como o acesso à segurança alimentar que Luiz possui, à educação, a um campo no bairro pra jogar com os amigos, a uma convivência comunitária que permita o seu desenvolvimento, entre outros fatores. Muitos adolescentes de territórios periféricos, no entanto, não têm garantia sequer desses direitos e, nesses contextos, a invenção de alternativas se torna bem mais restrita, precária e perigosa.

Reconhecer os modos como as juventudes inventam e reinventam sua vida na cidade, enxergando-as como protagonistas de suas histórias, é, sem dúvida, essencial para dialogar com esse público e elaborar atividades e políticas para atendê-lo. No entanto, esse reconhecimento não nos permite aceitar as violências e ausências que atravessam as histórias como a de Luiz. Na narrativa, a polícia se faz presente como agente do medo e do racismo; as políticas públicas de transporte não garantem a circulação na cidade, tornando necessário recorrer a alternativas “clandestinas”; a renda familiar não parece ser suficiente para garantir qualidade de vida à família, o que leva à realização de trabalhos precarizados e arriscados ainda na adolescência; enfim, diversos obstáculos impedem o acesso à cidadania plena. Como poderia ser a vida de Luiz e de todas as juventudes com acesso à direitos básicos? E que tipo de cidade essas juventudes poderiam construir com todo seu potencial criativo?

PROPOSTA DE ATIVIDADE

A partir do texto apresentado acima, levante algumas questões para a discussão com o seu grupo sobre a importância do direito à cidade na vida dos jovens. A seguir, sugerimos um roteiro que pode ser adaptado a diferentes contextos.

1. Como é o seu trajeto para sua escola? Você tem que pegar ônibus? Todas as ruas são asfaltadas? Quantos quarteirões você anda? Como você faz nos dias de chuva?

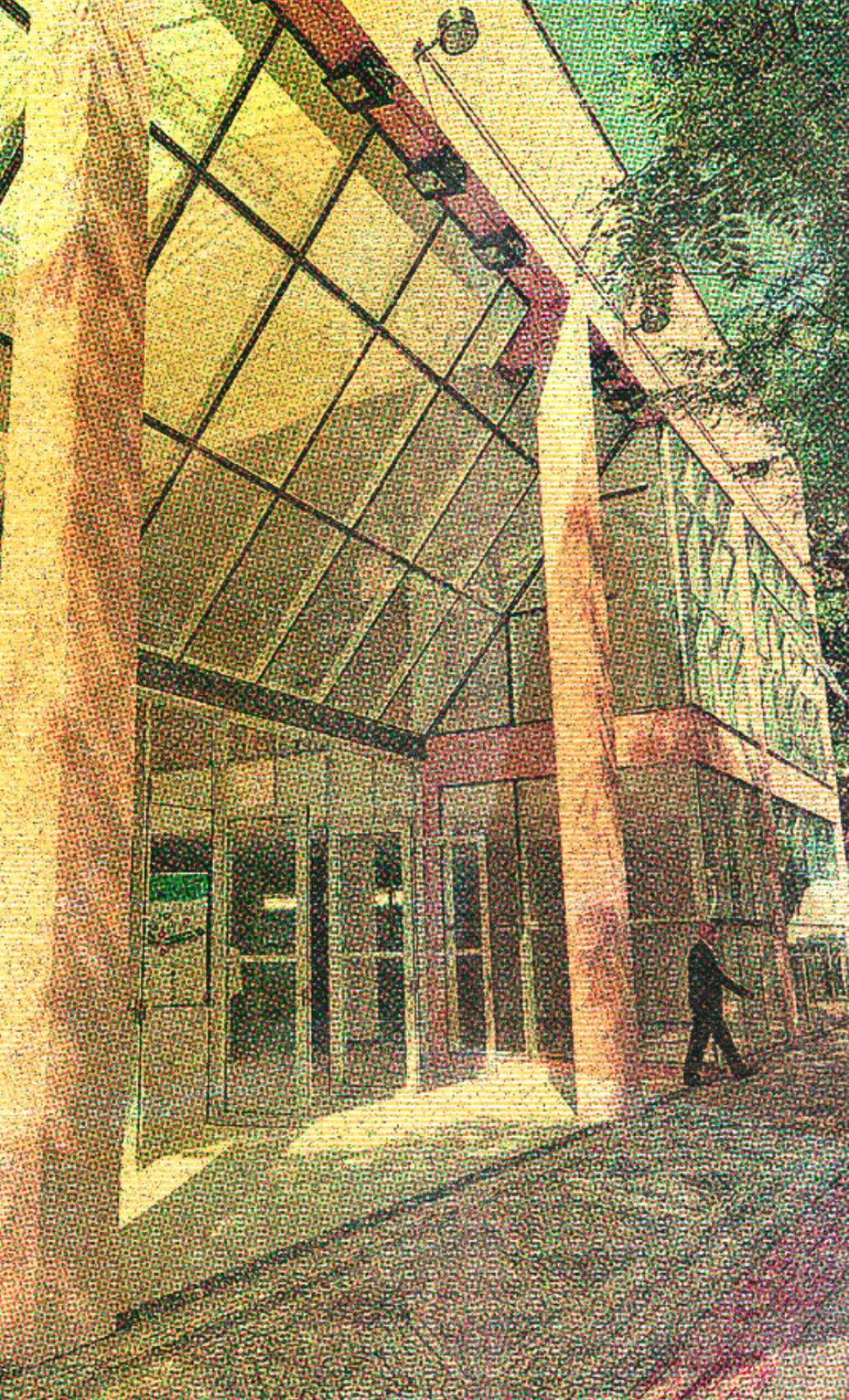
2. Tem algum rolê que você gosta de dar no seu bairro, como o Slam em que o Luiz cola? Onde acontece esse rolê? É em algum espaço aberto? Lá você já se sentiu constrangido ou ameaçado?

3. Você evita ruas ou becos por razões de segurança? Tem receio de ser parado pela polícia? Como faz nessas situações?

4. Você costuma dar rolê no centro ou fora da sua quebrada, igual o Luiz desceu pro viaduto? Quais? São abertos? Costuma ter alguma dificuldade pra ir e voltar? Costuma ir e voltar de ônibus? Tem acesso ao meio passe ou vale social?

5. Você pratica algum esporte no seu bairro, igual o Luiz desce pra jogar bola? Tem um campo, pista pra caminhar, rampa de skate, algo assim?

Para finalizar, é interessante convidar os jovens a relatar um dia de rolê, como o do Luiz, mostrando o que poderia ser diferente se tivessem mais acesso à cidade.





UM ESPAÇO PARA A JUVENTUDE NA CIDADE: **O CENTRO DE REFERÊNCIA DAS JUVENTUDES - CRJ**

As atividades da campanha #faladireito se desenvolveram em um importante espaço para o público juvenil de BH e região metropolitana: **O Centro de Referência das Juventudes - CRJ**. Para encarar o desafio do #direitodedarrolê, nada melhor do que conhecer um pouco mais sobre esse espaço, sobre sua história e seu funcionamento. Para tanto, conversamos com duas jovens protagonistas desse processo: Paola Abreu, então conselheira do Conselho Municipal de Juventude de BH (CMJ/BH) e atual diretora do CRJ, e Késsia Cristina, também ex-conselheira do CMJ.



KÉSSIA CRISTINA

Estudante de Ciências Sociais da UFMG, vice-presidente Sudeste da UNE, ex-conselheira municipal de juventude de BH e atual conselheira estadual de juventude.



PAOLA ABREU

Diretora do Centro de Referência da Juventude, ex-conselheira municipal de juventude de BH.

No dia 23 de maio de 2016, o Conselho Municipal de Juventude tomou, por unanimidade, uma decisão histórica: ocupar o Centro de Referências da Juventude de BH. Em resposta a uma demanda antiga dos movimentos juvenis, o espaço do CRJ foi planejado e construído para abarcar uma série de atividades voltadas para as juventudes. Estima-se que foram gastos cerca de 14 milhões de reais na construção e em 2014 o então prefeito e o então governador realizaram uma controversa inauguração do espaço ainda em obras. Desse ano em diante, diferentes movimentos juvenis procuraram, sem sucesso, monitorar e participar da abertura do espaço por vias institucionais. Foi diante da impossibilidade de participar efetivamente da gestão, da falta de transparência e do repetido adiamento da abertura do espaço que as palavras de

ordem “CRJ sem juventude não rola” e “nada de nós sem nós” ecoaram no CMJ-BH e motivaram a ocupação. Como relatam nossas entrevistadas:

PAOLA: *“O CRJ tinha sido inaugurado de portas fechadas. A abertura existia num formato que chamamos de loteamento, em que não conseguíamos enxergar a leitura das juventudes da cidade, das culturas produzidas por essas juventudes, das várias juventudes. E então, decidimos ocupar para que o diálogo fosse realizado. Até então, todas as nossas tentativas e propostas de dialogar com a cidade não tinham tido um resultado efetivo. O [ato] extremo foi ocupar pra acionar outras instâncias, como o Ministério Público, e buscar um diálogo mais democrático.”*

KÉSSIA: *“Estávamos na expectativa de que o espaço fosse aberto pra juventude ocupar. Mas aí, nas reuniões do Conselho Municipal, tivemos ciência de alguns sistemas pra ocupação daquele espaço. Por exemplo, já tinha proposta dos militares pra emitir documentos lá, já tinha algumas propostas de PPPs [Parcerias Público-Privadas], já tinha muitas pessoas de olho. Aí começamos a pensar ‘Poxa, mano, vai dar errado, porque não é a juventude que está decidindo a ocupação do espaço!’ Na época, estavam acontecendo várias ocupações na cidade, como a da Funarte e a da Faculdade de Direito da UFMG.”*

Foram 28 dias de ocupação, com participação de cerca de 300 jovens de diferentes movimentos e uma variada programação artística, formativa e política. Após muitas idas e vindas na negociação com a prefeitura, mediada pelo Ministério Público, as juventudes saíram vitoriosas. A desocupação foi combinada mediante a abertura imediata do espaço e realização do seminário para a construção de sua gestão compartilhada.

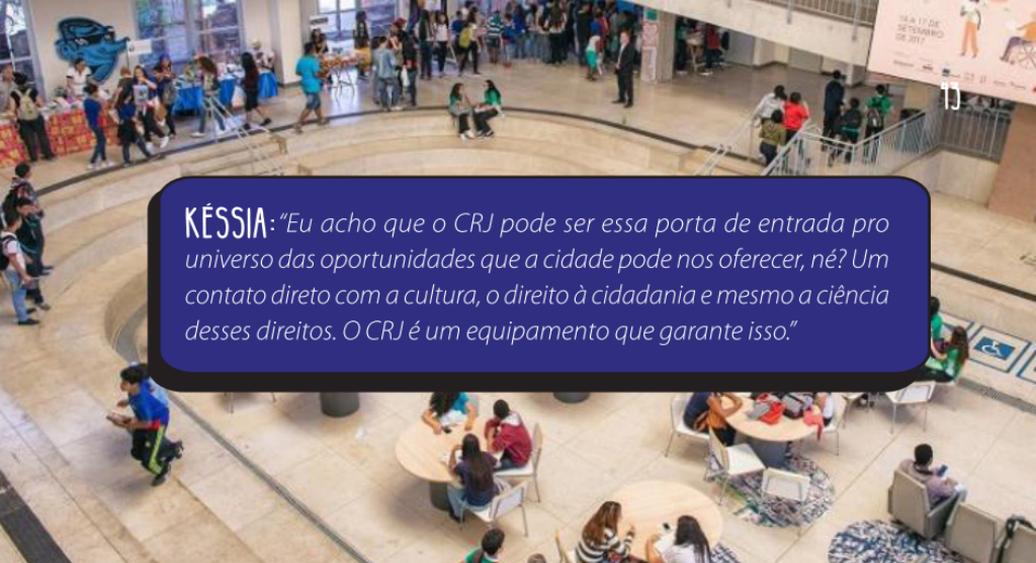
KÉSSIA: *“Acho que uma grande vitória foi a criação do comitê gestor, que é um comitê deliberativo com participação da sociedade civil. Outra vitória foi a ocupação do espaço, porque as pessoas começaram a ocupar naquele momento. Por exemplo, chegaram grupos de dança da Praça da Estação, que chamamos dizendo ‘isso aqui é seu’, galera pra expor arte... Muitas coisas que fizemos nesse processo se estenderam, tipo, a galera nunca mais deixou de ir ao CRJ.”*

PAOLA: *“Nos outros centros que a gente conhece, tem o modelo normal de participação nos conselhos, mas ter um comitê gestor, uma gestão compartilhada, isso é novo. Os dois têm caráter consultivo, só que a gestão em BH trouxe um caráter deliberativo na prática. Não há nada que é feito no CRJ sem a participação do comitê gestor: as normativas, como vai funcionar, a cessão de espaços, critérios pra receber propostas...”¹”*

Desde então, o CRJ permanece aberto, gerido por jovens e utilizado por grupos juvenis de diferentes quebradas de BH, seja para a realização de feiras, exposições artísticas, shows, ensaios de dança ou de teatro e aulas de capoeira ou, simplesmente, para dar um rolê. O caráter experimental de uso do espaço busca dar conta do desafio de atender à diversidade e à mutabilidade das juventudes na cidade:

PAOLA: *“O CRJ, hoje, é um espaço de garantia para que as juventudes possam executar as suas ideias e os seus projetos, sejam eles quais forem. Nós estamos falando de um equipamento de cinco anos. Nesses cinco anos, tudo foi experimental. Agora estamos na fase de propor ações diretas, formações, garantir políticas para um desenvolvimento cidadão. Dentro da leitura de todos esses anos, entendemos que as ações culturais, as rodas de rima, o que é ligado ao desenvolvimento profissional de um MC, de uma BGirl, de um Bboy, são necessidades que vêm se acentuando muito. Então a busca de recursos, agora, é pra que a gente tenha formações nessas áreas.”*

¹ Os membros do comitê gestor são eleitos periodicamente. Podem se candidatar jovens (de 15 a 29 anos) membros de organizações das e para as juventudes.



KÉSSIA: *"Eu acho que o CRJ pode ser essa porta de entrada pro universo das oportunidades que a cidade pode nos oferecer, né? Um contato direto com a cultura, o direito à cidadania e mesmo a ciência desses direitos. O CRJ é um equipamento que garante isso."*

Hoje, com seis anos de funcionamento, o CRJ é o primeiro aparelho público de Minas Gerais direcionado, especificamente, para o público jovem, de 15 a 29 anos. A conquista desse espaço no coração da capital, ao lado da icônica Praça da Estação, representa um marco na luta das juventudes pelo direito à cidade de Belo Horizonte. Sem dúvidas, propiciar que os mais diversos públicos juvenis sigam ocupando o Centro da cidade contribui para que eles se apropriem cada vez mais da cidade em que vivem e usufruem das oportunidades, dos aprendizados e dos encontros que ela pode oferecer.



OCUPAÇÃO CRJ

Saiba mais sobre a história de ocupação do CRJ neste minidocumentário, produzido pelas juventudes que participaram do processo:

Dê um pulo no CRJ!

Rua Guaicurus, 50 – Centro, Belo Horizonte

Informações: 3277-4356



crj@pbh.gov.br



[/crjbh](https://www.facebook.com/crjbh)



[@crj.bh](https://www.instagram.com/crj.bh)



INICIATIVAS PARA INSPIRAR E **MULTIPLICAR**

Proporcionar o direito de dar rolê às diferentes juventudes é algo tão desafiador quanto possível. Ninguém melhor para protagonizar essa construção do que as próprias juventudes, como mostra a história do CRJ. Finalizamos este guia trazendo algumas experiências feitas junto às juventudes ou por elas que, de diferentes formas, contribuem para que jovens produzam ou utilizem a cidade onde vivem.

Para saber mais sobre cada uma delas, aponte a câmera do celular para os QR Codes.



BH É QUEM? BH É NÓS

Desenvolvido em 2022 na Escola Estadual Divina Providência, na região do Barreiro, em BH, o projeto levou estudantes a diferentes espaços da capital, tais como a Serra do Curral, o Museu de Artes Naturais e o Largo do Rosário, como forma de discutir a história da cidade e o acesso a ela. Como resultado, as turmas do ensino fundamental e médio produziram um livro e uma exposição de fotografias, apresentando esses espaços sob suas perspectivas.



PLATAFORMA BACULEJO

A partir da percepção de que a violência policial é um dos grandes obstáculos para o direito das juventudes à cidade, o Fórum das Juventudes da Grande BH criou a plataforma Baculejo, voltada a acolher denúncias de abusos policiais e orientar jovens sobre o que fazer nessas ocasiões.



BATALHA DA ROCHA - COLETIVO APUAMA

A Batalha da Rocha é uma batalha de MCs que acontece em praça pública no bairro Mineirão, na Zona Oeste de BH. Os integrantes do coletivo juvenil Apuama, que organizam a atividade, relatam que, a partir deste uso do espaço, a praça começou a ser mais frequentada também por outros grupos.





ARTE DA CAPA:

INTERVENÇÕES DE JOVENS PARTICIPANTES
DA CAMPANHIA SOBRE FOTO.

MULTIPLICOU?

CONTA E
MOSTRA PRA
GENTE COMO
FOI!

Se você quer compartilhar uma experiência realizada a partir da campanha **#faladireito**, mande o seu recado pro Desembola na Ideia!



@desembolanaideia



desembola@projetos.aic.org.br



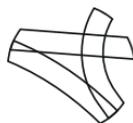
(31) 98413-4191



*Acesse o kit completo
da campanha.*

REALIZAÇÃO:

**DESEMBOLA
NA IDEIA**



AIC
Agência de
Iniciativas Cidadãs

CONCEPÇÃO E ELABORAÇÃO DE TEXTOS

Juliano Antunes
Alga Marina

PREPARAÇÃO DE TEXTOS

Beatriz Cordeiro Lopes

REVISÃO DE TEXTOS

Priscylla Ramalho
Musso Greco

DIAGRAMAÇÃO

Lucas de Pedro (a partir do projeto gráfico de Priscila Justina)

MOBILIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO DA CAMPANHA

Equipe do projeto Desembola na Ideia (AIC)

OFICINAS JUNTO A ADOLESCENTES

Alga Marina
Juliano Antunes

REGISTROS DAS OFICINAS E TRATAMENTO DE IMAGENS

Arthur Quadra
Daniel Dorledo
Lucas de Pedro

COMPOSTO em caracteres
Bellaboo e Myriad Pro e
impresso em 2023 por
Paulinelli Serviços Gráficos.



